

# A AULA DE CAMPO NO PARQUE NACIONAL DO CABO ORANGE, OIAPOQUE, AMAPÁ – BRASIL: PERCEPÇÃO DA PRESERVAÇÃO AMBIENTAL E DOS CONFLITOS TERRITORIAIS



**Francisco Otávio Landim Neto**

*Prof. Adjunto do Colegiado de Geografia  
Campus Binacional do Oiapoque - UNIFAP  
E-mail: otaviolandim@unifap.br*

*Embarque na margem esquerda do rio Caciporé*

**2017 02 17**

## RESUMO

O ensino de Geografia deve ser fundamentamento na junção entre teoria e prática, para tanto se acredita que a aula de campo é um contributo impensável para aquisição adequada dos conhecimentos geográficos. Este estudo tem como objetivo apresentar a importância de uma aula de campo realizada em 2017, para a percepção da preservação ambiental e dos conflitos territoriais existentes no Parque Nacional do Cabo Orange. No que concerne aos procedimentos metodológicos efetivou-se o diálogo entre estudiosos da temática em questão efetivando-se a integração com os aspectos empíricos vivenciados em campo. A partir da realização da aula de campo pode-se verificar que os processos de ensino e aprendizagem são adquiridos com maior plenitude quando: i) ocorre a integração entre os aspectos naturais, socioeconômicos e culturais; ii) os conhecimentos teóricos são percebidos e analisados no cotidiano vivenciado; iii) quando tem-se o conhecimento de uma "nova" realidade de conflitos socioambientais; e, iv) com a verificação da importância da preservação dos recursos ambientais para as atuais e futuras gerações.

**Palavras - chave:** Aula de Campo. Preservação. Parque Nacional Cabo Orange. Conflitos Territoriais.

## RESUMEN

La enseñanza de Geografía debe tener fundamentación en la unión entre teoría y práctica, para tanto se cree que la clase de campo es una contribución indispensable para la adquisición adecuada de los conocimientos geográficos. Este estudio tiene como objetivo presentar la importancia de una clase de campo realizada en 2017, para la percepción de la preservación ambiental y de los conflictos territoriales existentes en el Parque Nacional del Cabo Orange. En lo que concierne a los procedimientos metodológicos se efectuó el diálogo entre estudiosos de la temática en cuestión, realizándose la integración con los aspectos empíricos vivenciados en campo. A partir de la realización de la clase de campo se puede verificar que los procesos de enseñanza y aprendizaje son adquiridos con mayor plenitud cuando: i) ocurre la integración entre los aspectos naturales, socioeconómicos y culturales; ii) los conocimientos teóricos son percibidos y analizados en el cotidiano vivido; iii) cuando se tiene el conocimiento de una "nueva" realidad de conflictos socio ambientales; y, iv) con la verificación de la importancia de la preservación de los recursos ambientales para las generaciones actuales y futuras.

**Palabras clave:** Clase de Campo. Preservación. Parque Nacional Cabo Orange. Conflictos territoriales.

## INTRODUÇÃO

O ensino de Geografia deve permitir e possibilitar ao estudante realizar análise crítica da realidade, pois este deve se colocar de forma propositiva diante dos problemas enfrentados na sociedade. Dessa forma, aumenta-se o nível de sensibilização sobre as responsabilidades e os direitos sociais, com o intuito de efetivamente ser agente de mudanças desejáveis para a sociedade. A esse respeito Landim Neto; Barbosa (2012) asseguram que o fazer pedagógico devem estar ali-cercados em uma práxis comprometida com a emancipação voltada ao fortalecimento do processo de ensino e aprendizagem contextualizado com as múltiplos aspectos observados.

Diante do contexto marcado pela triade do conhecimento, a saber, teoria, prática e emancipação social faz-se necessário que a ação docente no âmbito universitário e escolar tenha a capacidade de construir uma amálgma visando tornar o processo de ensino e aprendizagem mais significativo visando atingir uma mudança concreta de postura frente aos desafios docentes em nossa sociedade marcada pelas desigualdades.

A Geografia se constitui como uma ciência social e ao ser estudada tem que considerar o estudante e a sociedade em que vive numa perspectiva contextualizada. Não pode ser uma coisa alheia, distante, desligada e desconectada da realidade, num amontoado de assuntos ou lugares onde os temas são soltos e/ou fragmentados sempre defasados ou de difícil compreensão pelos sujeitos envolvidos no constructo educacional. Ela não pode ser feita apenas de descrições de lugares distantes ou de fragmentos do espaço. A esse respeito Callai (2001, p. 58) elenca que, "A geografia que o aluno estuda deve permitir que o aluno se perceba como participante do espaço que estuda, onde fenômenos que ali ocorrem são resultados da vida e do trabalho dos homens e estão inseridos num processo de desenvolvimento"

Convém destacar que a formação do professor se constitui um elemento primordial para a construção e reconstrução dos conhecimentos geográficos fundamentais e de seus significados sociais. Marinho (2006, p. 354) informa que "a mudança na universidade pública exige uma educação com formação efetiva, na formação de um pensamento que interrogue, reflita e critique e que eleve ao plano dos conceitos os problemas postos como dados e insuperáveis". A esse respeito Freire (1996, p. 22) escreve que "[...] ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua produção e construção". Para tanto, não basta ao professor possuir domínio da matéria (conteúdos), torna-se necessário o docente ter a capacidade de pensar criticamente, desvendar os processos que permeiam a realidade social e que se coloque como sujeito transformador desta realidade.

Visando a efetivação de uma formação inicial fornecida aos licenciandos do curso de Geografia do Campus Binacional de Oiapoque que deve ser permeada pela qualidade no processo de ensino e aprendizagem a ação docente deve ser balizada pela busca de estratégias de junção entre teoria e prática. Nesse contexto, acredita-se que a aula de campo é uma ação formativa que afigura-se de extrema relevância na busca da construção e reconstrução dos conhecimentos e saberes. A esse respeito Landim Neto, Costa; Meireles (2011, p. 174) salientam que,

*A aula de campo deve fomentar a construção de uma Geografia viva, em que as práticas sociais são construídas e transformadas, de modo que possam problematizar as relações que envolvem sociedade e natureza, na construção de um saber geográfico caracterizado pela junção dos conhecimentos adquiridos tanto em sala de aula como em campo.*

O presente artigo tem a finalidade de externar a importância da aula de campo reali-

zada em 2017 vinculada as disciplinas de Educação Ambiental e Hidrografia, que iniciou-se na cidade de Oiapoque com percurso até o Parque Nacional do Cabo Orange – PCNO contando com a participação da turma 2015.2 do curso de Licenciatura em Geografia do Campus Binacional de Oiapoque.

No que diz respeito aos procedimentos metodológicos faz-se necessário salientar que efetivou-se a junção entre teoria, através de estudiosos que discorreram sobre as temas abordados neste artigo e a prática que afigurou-se com o cotidiano observado no âmbito da aula de campo.

Diante do exposto alguns questionamentos se fazem necessários, a saber, i) Quais foram as contribuições da aula de campo realizada para o Parque Nacional do Cabo Orange para o entendimento da importância da preservação dos recursos ambientais? iii) Quais são os conflitos territoriais existentes no PCNO?

## DISCUSSÃO

### CONHECENDO O PARQUE NACIONAL CABO ORANGE: CONTRIBUIÇÕES PARA FORMAÇÃO DOCENTE

A aula de campo iniciou-se no dia 17 de fevereiro de 2017, estendendo-se até o dia 20 do mesmo mês. O roteiro geral da aula foi organizado da seguinte forma: saída da cidade de Oiapoque em direção ao Parque Nacional do Cabo Orange (Figura 1). A cidade de Oiapoque está localizada no Norte do Amapá em fronteira com a Guiana Francesa. Sua área territorial corresponde a 22.625,286 km<sup>2</sup>, apresenta população de 23.628 habitantes, conforme o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística de 2014 (SOARES; BRARYMI; PALHARES, 2015).



Figura 1. Delimitação do Parque Nacional Cabo Orange e percurso da aula de campo.

Fonte: Adaptado Conceição, 2017.

O Parque Nacional do Cabo Orange – PCNO, foi instituído mediante publicação do Decreto Federal nº 84.913 em 15 de agosto de 1980 sendo que o Instituto Chico Mendes para a Biodiversidade – ICMBio é responsável pela Gestão do PCNO. Ressalta-se que após a criação do PCNO a comunidade que habitava a vila de Taberebá teve seu modo de vida tradicional afetado pelas regras do PCNO, o que impossibilitou a sobrevivência e permanência da comunidade no interior do PCNO acarretando em migração para a sede municipal de Oiapoque (LAVAL, 2016). Nesse contexto, Cañete; Cañete; Santos (2015, p.191) salientam que,

Essa população apresentava conectividade com a localidade e nesse sentido, almejava ocupar outra localidade com a mesma lógica utilizada

na área da qual foi desapropriada. Sendo assim, muitas vezes a comunidade pode desintegrar-se e acabar sendo extinta, pois não consegue adaptar-se em outros ambientes, já que tenta reestabelecer o cenário de origem no qual vivia.

O motivo pelo qual as Áreas Protegidas foram efetivadas, afiguram-se de extrema importância para o equilíbrio ambiental, porém o formato da criação do PCNO com interesse inerente a preservação e a intocabilidade dos recursos naturais acarretou na desagregação da população que habitava a Vila do Taperebá.

As famílias não encontraram condições para permanecer no local devido a proibição, da pesca artesanal praticada pelos moradores, da caça, do cultivo de alimentos e criação de animais. “A criação do parque resguarda apenas a perspectiva ecológica e ambiental de uma área, no entanto, exclui por completo qualquer tipo de população tradicional que possivelmente poderia residir no interior do parque” (CAÑETE; CAÑETE; SANTOS, 2014, p. 6). Com a construção da base de fiscalização do PCNO, na Vila supracitada, os moradores foram pressionados a se retirarem, pois a Unidade de Proteção Integral não admitia o desenvolvimento de qualquer atividade humana.

As ações educativas inerentes a aula de campo foram construídas em nove atividades formativas que consistiram na efetivação de diálogos no percurso e em setores do Parque Nacional do Cabo Orange. A seguir são feitas as considerações sobre as atividades realizadas.

a) Atividade 1: Deslocamento da Cidade de Oiapoque para o rio Caciporé

O deslocamento inerente ao percurso de 100 km realizado pela BR-156, no trecho que vai da sede do município de Oiapoque até o rio Caciporé verificou-se que apenas 60 quilômetros são pavimentados com asfalto, e os outros 40 km não possuem pavimentação. A

BR-156 corta a Terra Indígena UAÇÁ e a Floresta Estadual do Amapá-FLOTA/AP. É perceptível a presença de atividades econômicas as margens da BR 156, como a pecuária e agricultura familiar através de roças de policulturas. Conforme Lima (2013, p.49) em toda extensão do rio supracitado,

[...] existem algumas ocupações espalhadas por suas margens, existindo na margem direita uma comunidade chamada de Vila Cassiporé, próxima à ponte da BR-156 que cruza o rio; na margem esquerda existem duas comunidades, sendo uma denominada Vila Velha, no entorno imediato com o PNCO e outra, conhecida como Vila Taperebá, no interior do Parque próximo da foz do rio.

Durante a navegação no sentido médio ao baixo curso do rio Caciporé (Figura 2), partindo da ponte localizada na BR 156, verificou-se uma dinâmica ambiental relacionada a cheia do rio, tendo em vista o período chuvoso na região.



Figura 2. Embarque na margem esquerda do rio Caciporé. Fonte: Landim Neto, 2017.

b) Atividade 2 : Diálogos com a Gestão do Parque Nacional do Cabo Orange

Foi realizada uma reunião (Figura 3) com o gestor do Parque Nacional do Cabo Orange visando conhecer a estrutura administrativa,

aspectos históricos, socioeconômicos e dinâmica ambiental. O referido parque apresenta superfície de 619.000 hectares em um perímetro 590 km que abrange áreas dos municípios de Calçoene/AP (209 mil ha) e Oiapoque/AP (218 mil ha), foi instituído mediante o decreto nº 84.913, de 15 de julho de 1980 (BRASIL, 2010).

Em termos ambientais possui bioma amazônico e marinho, além de ecossistemas como, campos naturais com imundações periódicas e permanentes; planícies fluvio-marinhas (manguezais); florestas inundáveis (várzeas), florestas de terra firme e manchas de cerrado. Convém ressaltar a presença de atividades socioeconômicas conflitantes como pesca industrial e artesanal na área marinha do Parque, a presença de algumas famílias residentes que criam búfalos, através dos roçados tem-se a policultura e verifica-se a prática do estrativista do açaí, andiroba, cacau e pracaxi.



**Figura 3.** Reunião com representante da Gestão do Parque Nacional Cabo Orange. **Fonte:** Landim Neto, 2017.

c) Atividade 3: Visita ao Manguezal

A vegetação florestal paludosa, halófila, encontra-se no baixo curso da bacia hidrográfica do rio Caciporé, formando regiões estuarinas; inclui setores de apicuns e salgados. A vegetação de mangue (Figura 4) localiza-se nas planícies estuarinas onde está localizado

o ecossistema manguezal. São mantidas por condições relacionadas a variações das marés, à topografia e ao fluxo de água doce (determinado pelo período chuvoso). Além das condições de variações de salinidade de água do solo, faz com que poucas espécies florísticas habitem o manguezal. Convém ressaltar que o ecossistema manguezal apresenta um conjunto de serviços ambientais, a saber, i) proteção da linha de costa diante de processos erosivos, ii) berçário para diversas espécies marinhas, iii) fonte geradora de sequestro de carbono, e, iv) fonte de geração de renda através da coleta de mariscos e caranguejos.



**Figura 4.** Conversa sobre a importância do ecossistema manguezal. **Fonte:** Landim Neto, 2017.

d) Atividade 4: Conhecendo uma Fazenda de Criação de Búfalos

As fazendas de criação de búfalos estão inseridas em setores dos campos imundações periódicas localizados nas margens do rio Caciporé. Conforme Monteiro (2009, p. 16), alerta que, “os búfalos possuem como hábito de escavar buracos para a formação de poças de lama usadas para amenizar o calor e eliminar ectoparasitas. Os búfalos fazem surgir canais artificiais que aceleram o processo de drenagem”. Nesse sentido verifica-se que os impactos sobre a vegetação e solo podem se intensificar tendo em vista que o pisoteio excessivo ocasiona o processo de compactação

e alteração do manto superficial contribuindo para mudança na drenagem o que pode acarretar na intensificação de processos erosivos e na perda de solo. A Figura 5 apresenta um registro fotográfico da fazenda visitada.



**Figura 5.** Fazenda de criação de búfalos nas margens do rio Caciporé, Calçoene, Amapá.  
**Fonte:** Landim Neto, 2017.

e) Atividade 5: Visitando um roçado com o cultivo de policulturas

Com a continuidade das atividades em campo foi possível observar a verificação de vários roçados localizados nas margens do rio Caciporé e que estão inseridos no interior do Parque Nacional do Cabo Orange. No roçado visitado (Figura 6) é realizada a prática da agricultura de subsistência que gera pequenos excedentes para a comercialização local com o predomínio do cultivo de mandioca, banana, laranja, melancia, feijão, abacate, milho, tomate, chicória dentre outras culturas.



**Figura 6.** Mosaico de fotografias representativas de algumas culturas agrícolas presentes nos roçados.  
**Fonte:** Adaptado, Lopes, 2017.

f) Atividade 6: Conversa com um morador remanescente da extinta Vila de Taperebá

Foi realizado um diálogo com o morador remanescente da Vila de Taberebá (Figura 7), objetivando entender as transformações espaciais no modo de vida comunitário após a instalação do PCNO. Segundo relatos do morador que habita há 65 anos na área da antiga Vila Taperebá, local onde nasceu. Informou que a vida no parque afigura-se de qualidade tendo em vista que existe a presença de recursos como peixes e caças, o que garantia a subsistência da comunidade.



**Figura 7.** Diálogo com um dos moradores remanescentes da extinta Vila de Taberebá. **Fonte:** Landim Neto, 2017.

Ainda conforme relatos do morador a comunidade era constituída por cerca de trezentas famílias que viviam da agricultura, pesca e caça não tiveram nenhuma indenização quando se retiraram do local, e foram alocados em uma área de assentamento ou migraram para a sede do município.

Perguntado sobre o decreto que instituiu o PCNO e qual é posicionamento acerca do objetivo de se preservar uma área, o morador afirmou que o parque é muito importante, porém a forma como foi implementado desconsiderou os anseios da população tradicional que habitava a Vila de Taperebá e outros setores do PCNO.

g) Atividade 7 : Roda de conversa voltada a avaliação parcial da aula de campo

As análises, reflexões e avaliações coletivas são importantes para troca de conhecimentos e saberes sobre a aula de campo. O Gestor do PNCO apresentou possíveis cenários voltados a investimentos em pesquisas científicas, turismo, tendo em vista que o PNCO possui um grande potencial para atividades como trilhas, acampamento, observação de espécies de vegetais e animais de aves (Figura 8).



**Figura 8.** Roda de conversa voltada a avaliação parcial da aula de campo. **Fonte:** Landim Neto, 2017.

Em seguida foram realizadas observações dos estudantes que já haviam visitado o PNCO anteriormente a aula de campo, e desconheciam os conflitos territoriais existentes no âmbito da criação do PNCO.

h) Atividade 8: Impactos da criação de búfalos nas margens do rio Caciporé

No deslocamento pelo rio Caciporé da sede do PNCO para a cidade de Oiapoque verificou-se a existência de uma antiga fazenda localizada na margem esquerda do Rio Cassiporé voltada a criação de búfalos onde percebeu-se um processo de assoreamento que segundo o gestor do PCNO a ação erosiva ini-

ciou-se e intensificou-se com o trânsito constante de búfalos que propiciou a abertura de um canal que adentra ao rio Caciporé como pode ser observado na Figura 9.



**Figura 9.** Processo erosivo na margem esquerda do rio Caciporé intensificado pelo trânsito constante de búfalos. **Fonte:** Landim Neto, 2017.

i)Atividade 9: Conhecendo o Projeto Quelônios do Oiapoque e do Cassiporé

Parte do Projeto Quelônios do Oiapoque e do Cassiporé, está localizado na sede do distrito da Vila Velha do Cassiporé é constituído por uma parceria entre Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA e o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio com apoio de membros da comunidade.

As ações do projeto supacitado iniciaram no ano de 2008, tendo como objetivo realizar a coleta de ovos de quelônios, em um setor localizado a cerca de dez quilômetros de distância da sede distrital. Os ovos coletados são alocados numa incubadora após os tracajás saírem dos ovos, vão para um tanque destinado a alimentação que contém plantas (Figura 10), este processo de alimentação dura cerca de oito meses, após esse período os filhotes já estão aptos a serem devolvidos ao ambiente. Conforme relatos dos coordenadores do projeto existe um índice de mortalidade dos

filhotes que são ocasionados por ataques de formigas e o pelo transporte inadequado dos ovos.



**Figura 10.** Observação dos quelônios no tanque de alimentação. **Fonte:** Landim Neto, 2017.

A comunidade da Vila Velha do Caciporé tem percebido o aumento do número de tracajás adultos encontrados no ambiente acredita-se que essa percepção está diretamente associada as atividades do projeto que estão contribuindo com a conservação dos tracajás.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

É necessário que a aula de campo fomente a construção de uma Geografia viva, onde as práticas sociais são construídas e transformadas, com a capacidade de problematizar as relações que envolvem natureza e sociedade construindo um saber geográfico com a junção dos conhecimentos adquiridos tanto em sala de aula como em campo.

Na Amazônia é perceptível a existência de conflitos territoriais, afigura-se também como o berço de populações tradicionais que mantém um vínculo direto com a natureza através de seu modo de vida tradicional, sendo que os recursos ambientais são direcionados sustento das comunidades.

A criação das Áreas Protegidas são importantes para a conservação e preservação dos recursos ambientais para as atuais e futu-

ras gerações. Porém faz-se necessário salientar que a instituição dos processos decisórios no âmbito da proteção ambiental devem levar em consideração a participação dos múltiplos atores sociais visando buscar alternativas de mitigação de impactos e até mesmo resolução de conflitos territoriais possam vir a ocorrer.

O Parque Nacional do Cabo Orange afigura-se como uma unidade de proteção de uso integral corroborando para a efetivação de um conjunto de restrições voltadas aos usos dos recursos, a saber, caça, pesca, captura de quelônios, retirada de madeira e proibição de queimadas tem modificado as atividades do pequeno contingente populacional de cerca de seis pessoas que habitam em setores do referido Parque Nacional, resultando em uma situação de conflito, pois o parque supracitado é incompatível com a presença humana.

Acredita-se que o PCNO afigura-se como um importante laboratório que apresenta uma elevada biodiversidade e potencialidades a serem exploradas por pesquisas científicas inter e multidisciplinares tendo em vista que os recursos ambientais apresentam-se conservados e em vastos setores preservados sem a ação antropogênica direta.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Decreto nº 84.913, de 15 de julho de 1980 institui o Parque Nacional Cabo Orange. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF 15 de Julho de 1980.

CALLAI, H. C. **A geografia e a escola: muda a geografia? Muda o ensino?** In: Revista Terra Livre, n. 16. (p. 133-152). São Paulo, 2001

CAÑETE, U. M. R.; CAÑETE, V. R.; MAGALHÃES, S. M. S. B. Pesca artesanal e manejo: conflito socioambiental em uma área de unidade de conservação do Parque Nacional do Cabo Orange, Oiapoque, Amapá. **Novos Cadernos**

NAEA, v. 18, n. 3, p. 179- 198, 2015. ISSN 2179-7536. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufpa.br/index.php/ncn/article/view/2495>>. Acesso em: 29 out. 2017.

FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia**: saberes necessários à práticas educativa. São Paulo, Paz e Terra, 1996.

LANDIM NETO, F. O.; BARBOSA, M. E. S. Desafios na formação inicial do professor de Geografia: reflexões acerca da teoria e da prática. **Geosul (UFSC)** , v. 27, p. 139-161, 2012.

LANDIM NETO, F. O.; COSTA, N. O; MEIRELES, A. J. A. Geografia ambiental estudo sistêmico da paisagem geográfica - relatório da aula de campo. **Revista Discente Expressões Geográficas** , v. v.7, p. 174-195, 2011.

LAVAL, P. Captures estuariennes: une ethnoécologie de la pêche sur le bas Oyapock (frontière franco-brésilienne). **Environnement et Société. Museum national d'histoire naturelle** - MNHN PARIS, 2016. Français. Disponível em: < NNT: 2016MNHN0012 >.

LIMA, D. P. Avaliação da contaminação por metais pesados na água e nos peixes da bacia do Rio Cassiporé, Estado do Amapá, Amazônia, Brasil. **Dissertação de mestrado**. Fundação Universidade Federal do Amapá, Programa de Pós-Graduação em Biodiversidade Tropical. 2013, 147p.

SOARES, I. M. N.; BRARYMI, T. O. L.; PALHARES, J. M. A. Distribuição de Água no Município de Oiapoque-AP, Brasil. **Boletim Amazônico de Geografia** , v. 2, p. 34-44, 2015.

MARINHO, C. M. Universidade e Pós modernidade. In: RABELO, J. & FELISMINO, S. C. (orgs). **Trabalho, Educação e a Crítica Marxista**. Fortaleza: imprensa universitária, 2006.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE (MMA). **Plano**

**de Manejo do Parque Nacional do Cabo Orange**. Encarte 3. Brasília, MMA, 2010. Disponível em: <<https://goo.gl/UjWrqi>>. Acso em: 10 janeiro. 2017.

MONTEIRO, F. J. C. Impactos ambientais causados pelos Búfalos Asselvajados nos campus inundáveis da estação ecológica de Maracá-Ji-pioca (costa atlântica do Amapá). **Dissertação de mestrado**. Fundação Universidade Federal do Amapá, Programa de Pós-Graduação em Biodiversidade Tropical. 2009, 50p.

SOARES, I. M. N.; BRARYMI, T. O. L.; PALHARES, J. M. A. Distribuição de Água no Município de Oiapoque-AP, Brasil. **Boletim Amazônico de Geografia** , v. 2, p. 34-44, 2015.